

## NOTA DE ESCLARECIMENTO

O Município de Jacobina – PI por meio do seu atual gestor GEDERLANIO RODRIGUES DE OLIVEIRA - GD vem a público prestar esclarecimentos à população referente a Ação Civil de Improbidade Administrativa distribuída a Subseção Judiciária de São Raimundo Nonato – PI, ajuizada pelo Ministério Público Federal – MPF em face de Juscirene Oliveira de Almeida Sousa, Gederlanio Rodrigues de Oliveira e a Construtora Carvalho & Vieira LTDA.

Cumpre esclarecer, inicialmente, que o Chefe do Executivo municipal ainda não foi Oficialmente Notificado acerca dos fatos discutidos na referida ação e que, tão logo ocorra, apresentará sua defesa, nos termos do que emana o Princípio Constitucional do Contraditório e Ampla Defesa.

Não obstante, tem conhecimento dos fatos ventilados na ação, posto que, em 27.03.2017, já na sua atual gestão o Município de Jacobina ingressou com AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COM PEDIDO LIMINAR, em face da ex-prefeita a Sra. Juscirene Oliveira de Almeida, distribuída sob o nº 843-20.2017.4.01.4004 na subseção de São Raimundo Nonato-PI, atualmente em tramitação na Comarca de Paulistana-PI (Proc. nº 0800050-90.2018.8.188.0064), em razão do declínio da competência, com o mesmo objeto da Ação ora intentada pelo MPF.

Ressalte-se que o Convênio objeto de análise, realizado entre o Município de Jacobina e a FUNASA, foi implementado totalmente na gestão anterior, não tendo esse atual prefeito despendido quaisquer valores em relação ao objeto do Convênio.

Quanto a questões documentais suscitadas em matéria do Portal GP1, o Município já está providenciando junto aos órgãos competentes a sua regularização.

Esclarece, ainda, que de forma contrária ao ventilado na reportagem em Portal de Notícias, a própria Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, através notificação nº 3441/2019, datada de 05 de setembro de 2018, atesta que a meta física do convênio alcançou 100% do valor pactuado, o que evidencia contradição entre as informações repassadas, supostamente, pelo Ministério Público Federal à imprensa.

Assim, evidenciado que o Sr. Gederlânio Rodrigues de Oliveira (GD) vem tomando TODAS as medidas cabíveis, administrativas e judiciais, a fim de resguardar o erário municipal, não pode ser responsabilizado por atos supostamente ímprobos da Administração passada.

Nesse contexto, a inclusão do nome do atual gestor nos autos da ação de improbidade mostra-se temerária, conforme restará provado no decorrer da instrução processual.

Ressaltamos ainda que a ex-prefeita Sr.<sup>a</sup> Juscirene Oliveira de Almeida Sousa, tem se empenhado na solução do referido problema.

Era o que cabia a informar a população Jacobinense, sendo que qualquer outra alegação contrária ao acima esclarecido, será fruto de mera especulação, portanto, não merecedora de resposta.

Jacobina – PI, 05 de novembro de 2019.

Atenciosamente,

  
GEDERLANIO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Jacobina - PI